

# O Tempo da Democracia

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Parece que os homens públicos brasileiros esqueceram que o sentido da formulação histórica dos que lutaram pela Independência era "liberdade, mesmo que tardia" (*libertas quae sera tamen*). Inverteram o tom de protesto para dizer: democracia, depois. Ao invés de acentuar o caráter de urgência da reivindicação democrática, os líderes políticos oficiais passaram a teoria do 1 - 2 - 3. Primeiro a ordem econômica, depois a social e, no fim, a política.

Parece sensato e lógico. Só que não corresponde ao modo pelo qual a História opera. Em nenhuma parte, qualquer que seja o povo considerado, foi possível aplicar a regra tecnocrática que tanto entusiasma setores governamentais brasileiros. Por trás dela existe o preconceito fortemente arraigado em nossa tradição cultural de que só os saciados e cultos sabem o que querem e são capazes de decidir racionalmente. Se, entretanto, tivesse prevalecido esta "lógica" na história francesa, até hoje os Bourbon — entremeados por Colbert e Richelieu — estariam cuidando de promover o bem-estar dos franceses que, não sabendo apreciar as delícias gustativas dos bolos ornados com creme chantilly, queixavam-se da falta de pão.

É certo que uma democracia substantiva requer povos nutridos, habitação razoável, ocupação decente, saúde cuidada. Sem estas condições materiais, quase vale o slogan: "voto não enche barriga". Não enche, em si mesmo, mas bem que ajuda... E certamente, se o cuidado pelo social e pelo econômico é insubstituível numa prática política não restrita à democracia formal, perde legitimidade quando é proposto "em lugar de" participação popular ou para postergar o reconhecimento de que sem que os grupos à margem do sistema formal de decisões possam pressionar em favor de seus interesses é duvidoso que se alcance o tão falado progresso social.

Por que, então, se insiste tanto na tecla de que "o povo não está ainda preparado" para a democracia? Se fosse por puro maquiavelismo e má fé, seria simples. Existem, por certo, os que lançam a idéia para pescar em águas turvas. Mas, além destes, há os que, simplesmente, a repetem sem dar-se conta de que se trata de uma destas pseudo-verdades que têm o condão de parecer lógicas e convincentes. Tão convincentes que os que as expressam crêem nelas. Ao repeti-las, não fazem mais do que manter vivo, inconscientemente, um dos traços mais tradicionais e perniciosos da cultura brasileira: o autoritarismo paternalista.

De fato, à força de tanta falação tecnocrática nos últimos anos e do reconhecimento mesmo por conspícuas figuras do regime de que vivemos um momento de auge do tecnicismo burocrático-autoritário, esquecemo-nos que esta é a versão moderna de traço muito antigo entre nós: a crença que as decisões devem caber exclusivamente e sem consultas aos chefes (ao patriarca) porque os que obedecem são imaturos.

Se no passado o chefe tradicional, no mutismo imposto pelo peso de sua sapiência geral e de sua responsabilidade, matutava sobre o que fazer e transmitia ao círculo dos íntimos a palavra de ordem (só dizendo privadamente o que pensava, pois falar a mais de duas pessoas "já é comício"), no presente os gabinetes tecnocráticos — e os círculos que cuidam da ordem — filtram informações, separam o joio do trigo, fazem cenários sobre o futuro, aferem projeções, definem metas e tomam as decisões, "para o bem do povo e da Nação".

Por trás desta atitude está a convicção de que a cidadania ainda não existe como expressão política amadurecida e que o povo brasileiro padece de uma prolongada minoridade política. O exemplo da decretação prematura da maioria vale para o Príncipe — D. Pedro foi feito imperador aos 15 anos — mas não para a massa. O Príncipe, chefe natural entre os chefes, pode ser ungido pela graça do poder pleno porque ele, pertencendo ao círculo dos poucos e bons, vislumbrará logo o interesse geral.

Como se chama a ideologia que nega à maioria condição para decidir sobre o que quer? Melhor não dar o nome aos bois, para evitar obviedades e problemas. Certamente, ela pode ser tudo menos democrática. E não adianta o apodo de "democracias modernas" para tapar o sol com a peneira. As atitudes inspiradas neste vezo autoritário-paternalista são simplesmente antidemocráticas. Hoje em dia, a doutrina do direito divino e do poder absoluto não encontra eco e dificulta que aqueles que a praticam alardeiem os fundamentos ideológicos de sua ação. A racionalidade formal do tecnocratismo, quando aplicado à política é o sucedâneo para justificar a permanente postergação do momento em que, finalmente, os bem pensantes poderiam reconhecer a existência de condições suficientes para a vigência de um regime de "democracia plena".

regime de "democracia plena".

Enquanto as condições não amadurecem, a tutela de 110 milhões de brasileiros, rebaixados todos (ou quase todos) à condição de minoridade política, vai sendo exercida, com clareza, supõem os que a exercem, para maior glória do próprio povo. E que senhor absoluto não pensava assim?

---

**Fernando Henrique Cardoso** é sociólogo, membro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — Cebrap, professor do Instituto de Estudos Avançados de Princeton, EUA, e da Universidade de Cambridge, Inglaterra, e foi professor da Universidade de Paris.